

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

19/10/2026

Sumário

1. 10º Seminário da Rede Goiana de Ouvidorias debate como transformar manifestações em valor público – Controladoria
2. Licitação de quase R$ 286 milhões da Educação de Goiás é anulada após intervenção do MP e TCE
3. Moradores do Setor Jaó contestam duplicação da Rua da Divisa e alertam para risco a nascentes
4. Após 17 anos de impasse, Goiânia abre nova licitação de R$ 9,3 milhões para duplicar Rua da Divisa
5. Agora vai: Prefeitura prepara duplicação da Rua da Divisa, no Setor Jaó
6. TCE-GO fiscaliza ações de prevenção e combate a queimadas em Goiás

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/10/2026 03:00

10º Seminário da Rede Goiana de Ouvidorias debate como transformar manifestações em valor público – Controladoria

Visualizar notícia

Fonte original

Evento reuniu ouvidores e especialistas para discutir acolhimento e uso de informações estratégicas no aprimoramento da gestão pública

Com o objetivo de reunir representantes das ouvidorias que integram a Rede Goiana de Ouvidorias, a Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), atual coordenadora da Rede, promoveu, na manhã desta quinta-feira (15), o 10º Seminário da Rede Goiana de Ouvidorias. O encontro foi realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), em Goiânia.

Atualmente, a Rede Goiana de Ouvidorias reúne 47 instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de órgãos de controle, prefeituras e universidades. Nesta décima edição, os debates destacaram a importância das Ouvidorias tanto no acolhimento da população, quanto na produção de informações capazes de subsidiar decisões e contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços públicos.

Na abertura do evento, o secretário-chefe da CGE-GO, Antônio Flávio de Oliveira, ressaltou que a atuação das Ouvidorias vai além do atendimento às manifestações e constitui um instrumento de participação e controle social. Segundo ele, esses canais possibilitam que a população contribua para as decisões da administração pública, deixando de ocupar apenas a posição de destinatária das políticas públicas para atuar ativamente na sua construção.

“Temos um propósito em comum de aproximar o cidadão dos serviços públicos. Nosso trabalho vai muito além do recebimento de manifestações e as ouvidorias ocupam um papel estratégico na gestão pública, contribuindo para gerar resultados e aprimorar os serviços oferecidos à população. Por isso, atuamos de forma integrada na Rede Goiana de Ouvidorias, com o objetivo de alcançar 100% dos municípios goianos”, concluiu.

A coordenadora da Ouvidoria do TCE-GO, Rafaella Queiroz de Carvalho, também destacou a importância de transformar a escuta do cidadão em ações concretas. Para ela, as manifestações recebidas pelas Ouvidorias devem servir de subsídio para identificar as demandas da sociedade e orientar melhorias na atuação governamental.

A abertura contou ainda com a presença da chefe de gabinete da CGE-GO, Alessandra Paz Esteves; do coordenador da Rede Goiana de Ouvidorias e subcontrolador de Governo Aberto e Ouvidoria-Geral da CGE-GO, Weyk Wagne Barbosa Gomes; e do secretário-executivo da Rede e superintendente de Governo Aberto e Participação Cidadã da Secretaria da Infraestrutura (Seinfra), Danilo Carvalho.

Ouvidoria da Mulher

A primeira roda de conversa abordou o tema “Ouvidoria da Mulher Servidora: escuta que acolhe, protege e transforma”, reunindo ouvidoras de diferentes instituições para discutir o acolhimento de mulheres, a prevenção ao assédio e a atuação das ouvidorias na orientação e na proteção.

A desembargadora e ouvidora da Mulher do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque, abordou a experiência do tribunal na criação de uma Ouvidoria especializada e a importância de oferecer atendimento humanizado às mulheres que procuram o serviço.

“Quando atuamos na Ouvidoria, não basta apenas escutar. É preciso ir além, acolher, ouvir sem julgamentos e ajudar aquela mulher que necessita de amparo”, ressaltou. A desembargadora também diferenciou o papel da Ouvidoria daquele desempenhado pelas unidades de correição, destacando sua função de acolhimento e orientação.

Na sequência, a ouvidora da Mulher Servidora do Estado de Goiás, Fernanda Marra, apresentou a atuação do canal especializado da CGE-GO no atendimento às servidoras estaduais. Ela enfatizou a oferta de orientação às mulheres que enfrentam situações de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho e precisam de apoio para registrar manifestações e compreender os procedimentos disponíveis.

“Estamos aqui para orientar e ajudar as mulheres a realizarem denúncias e a entenderem como proceder nos casos de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho que envolvam vínculos com o Estado”, afirmou.

A terceira palestrante foi a ouvidora-geral externa da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), Ângela Cristina dos Santos Ferreira, que apresentou iniciativas desenvolvidas pela instituição para prevenir o assédio moral no ambiente de trabalho. Entre as ações mencionadas, destacou uma campanha de conscientização que levou aos computadores dos servidores mensagens relacionadas a situações de assédio moral identificadas a partir das manifestações recebidas pela Ouvidoria nos dois anos anteriores.

A iniciativa buscou estimular a reflexão dos profissionais sobre comportamentos inadequados no ambiente de trabalho e ampliar a conscientização sobre o tema. Ângela também comentou sobre o papel da Ouvidoria como porta de entrada para o acesso a direitos, o registro de manifestações e a busca por serviços públicos de melhor qualidade.

Ao encerrar o debate, a mediadora Rafaella Queiroz agradeceu as contribuições das palestrantes e manifestou interesse em discutir a implantação de uma Ouvidoria da Mulher no TCE-GO. Segundo ela, já existem tratativas com o presidente do Tribunal, conselheiro Helder Valin, para avaliar a possibilidade.

Ouvidoria como inteligência para a gestão

A segunda roda de conversa discutiu o tema “Ouvidoria como inteligência para a gestão: ferramentas e relatórios gerenciais”, com foco no uso de dados e informações das manifestações para subsidiar decisões, identificar problemas e aprimorar os serviços públicos.

A mediadora do painel, Stella Márcia Oliveira Modes Lino, superintendente de Transparência, Ouvidoria e Conduta da Saneago, ressaltou que a atuação das Ouvidorias não se limita ao acolhimento das demandas da população, podendo também contribuir para a identificação de soluções pela gestão. Ela destacou que os dados reunidos a partir das manifestações permitem reconhecer problemas e orientar providências para solucioná-los.

A ouvidora-geral da Prefeitura de Senador Canedo, Rafaela Brugger Bastos, abordou o uso da inteligência artificial (IA) como ferramenta de apoio às atividades de ouvidoria. Segundo ela, a tecnologia pode contribuir para diferentes etapas do trabalho, desde o recebimento e o tratamento das manifestações até a elaboração de relatórios gerenciais, desde que utilizada com cuidado e submetida à revisão humana. “A inteligência artificial é uma ferramenta 360 graus, ou seja, podemos utilizá-la em diversas etapas e momentos da Ouvidoria”, explicou.

O caráter estratégico desses canais para a administração pública também foi citado por Brugger, destacando que as manifestações permitem compreender a percepção da população sobre os serviços oferecidos e identificar pontos que demandam atenção dos gestores.

Encerrando a programação técnica, o auditor federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU), Leonardo Alamy Martins, apresentou ferramentas de inteligência artificial e exemplos de relatórios e gráficos que podem auxiliar as Ouvidorias na organização das informações e na demonstração de resultados à gestão.

Esses recursos podem facilitar a apresentação de evidências sobre as manifestações recebidas e contribuir para demonstrar a relevância do trabalho realizado pelas Ouvidorias dentro das instituições, segundo Alamy. Um dos exemplos é a Inteligência Artificial utilizada pela CGU que cruza informações das manifestações para identificar de maneira geral onde estão os gargalos e em quais áreas são mais recorrentes.

O seminário foi encerrado com agradecimentos ao TCE-GO, pelo acolhimento e apoio à realização do evento, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO) e ao Coral Encantos de Goiás, responsável pela apresentação artística na abertura.

Acesse as fotos aqui.

GOIÁS 24 HORAS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/10/2026 15:58

Licitação de quase R$ 286 milhões da Educação de Goiás é anulada após intervenção do MP e TCE

Visualizar notícia

Fonte original

• Seduc anula licitação de R$ 285,8 milhões

A Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc) anulou uma licitação de R$ 285,8 milhões destinada à manutenção de escolas estaduais. O procedimento foi cancelado após o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) apontar irregularidades e o Ministério Público de Goiás (MPGO) recomendar a anulação.

• Falhas nos custos e no planejamento

O Pregão Eletrônico nº 38/2025 não detalhava adequadamente os serviços que seriam feitos em cada escola nem as quantidades previstas. Também havia inconsistências na formação dos preços e mudanças nas exigências de qualificação técnica.

Outro ponto criticado foi a previsão de que a própria empresa contratada identificaria os reparos necessários. Para a fiscalização, essa responsabilidade deveria ser da administração pública, garantindo maior controle sobre os gastos.

• Escolas do interior poderiam ser prejudicadas

O edital não esclarecia como seriam pagos deslocamentos, diárias e outras despesas das equipes. Segundo os órgãos de controle, isso poderia provocar pedidos de aumento dos contratos ou dificultar o atendimento a escolas de municípios distantes.

• Secretaria atendeu à recomendação

A investigação foi conduzida pela promotora Carmem Lúcia Santana de Freitas, da 20ª Promotoria de Justiça de Goiânia.

Após a recomendação do MPGO e a decisão do TCE-GO, a Seduc publicou a anulação.

Uma eventual nova licitação deverá corrigir as falhas apontadas e observar as regras de contratação pública.

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/10/2026 13:55

Moradores do Setor Jaó contestam duplicação da Rua da Divisa e alertam para risco a nascentes

Visualizar notícia

Fonte original

A líder da Associação dos Moradores do Setor Jaó, Adriana Dourado, defende, em entrevista ao Jornal Opção, que a decisão do Paço Municipal de duplicar a Rua da Divisa seja repensada diante dos impactos ambientais envolvidos na obra. Como alternativa, a comunidade propõe uma nova ligação viária pela área do Aeroporto de Goiânia.

Segundo Adriana, a região afetada pela intervenção possui nascentes difusas que alimentam o córrego Jaó e, posteriormente, o Rio Meia Ponte. A preocupação dos moradores é que a execução da obra sem uma solução adequada para a preservação dessas áreas possa comprometer os recursos hídricos da região. “Existe uma necessidade de preservação dessa área por conta até da água, que vai ser um problema futuro que nós vamos ter, a crise hídrica”, afirmou.

Apesar das críticas ao projeto, Adriana ressalta que os moradores não são contrários à solução do problema viário. Segundo ela, a Rua da Divisa representa atualmente um gargalo para quem circula pela região Norte de Goiânia, principalmente nos horários de maior movimento.

“Não é que nós somos contrários à duplicação. A gente quer que resolva, porque aquilo ali é um gargalo. […] A gente entende que é um problema que tem que ser resolvido, porém de forma sustentável”, explicou. Entre as possibilidades citadas pela representante está a construção de uma estrutura que permita a passagem dos veículos sem comprometer as nascentes.

A obra corresponde a uma nova tentativa do Paço Municipal de duplicar a Rua da Divisa. A primeira ocorreu ainda durante a gestão do então prefeito Iris Rezende (MDB). Na época, a 7ª Promotoria de Justiça do Ministério Público de Goiás (MPGO) ajuizou uma ação civil pública questionando aspectos ambientais relacionados ao empreendimento.

O caso chegou à Justiça e o processo acabou interrompido. Segundo Adriana, a licitação daquela época posteriormente foi encerrada, o que fez com que o objeto da ação original deixasse de existir. Com a abertura de um novo procedimento pela atual gestão, entretanto, surge um novo objeto relacionado à intervenção.

Agora, em 2026, a Prefeitura de Goiânia, sob a gestão do prefeito Sandro Mabel (UB), marcou para 11 de dezembro a contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração do projeto e execução das obras de duplicação da Rua da Divisa. O valor previsto é de R$ 9.326.256,14, em licitação pelo critério de maior desconto.

Diante da retomada do projeto, a Associação dos Moradores do Setor Jaó voltou a defender uma alternativa apresentada às administrações municipais anteriores. A proposta consiste em utilizar uma área interna do aeroporto e prolongar o eixo da Avenida Santos Dumont, na região dos hangares, até as proximidades do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Segundo Adriana, a alternativa permitiria construir uma pista duplicada, com canteiro central e calçadas, aproveitando um trecho onde já existe uma via. A mudança também desviaria parte do tráfego pesado que atualmente atravessa o bairro residencial.

A líder comunitária argumenta que a proposta poderia evitar a intervenção sobre as áreas de nascentes e, ao mesmo tempo, solucionar o gargalo viário da região. “Você está cortando o setor no meio para passar uma avenida que é quase uma perimetral. Você vai ter uma mini perimetral dentro de um bairro residencial horizontal, que tem muito verde”, afirmou.

Segundo Adriana, a alternativa já foi apresentada à Prefeitura de Goiânia durante a gestão de Iris Rezende e também chegou a ser discutida no processo judicial envolvendo a antiga licitação. Os moradores chegaram a solicitar uma audiência de conciliação, mas, segundo ela, não houve acordo.

Foi apresentado esse projeto várias vezes. A gente pediu até uma audiência de conciliação. Só que não houve conciliação, não houve diálogo e o problema continua”, disse.

Para a associação, uma solução envolvendo Prefeitura, órgãos responsáveis pela área aeroportuária, Ministério Público e representantes ambientais poderia conciliar a melhoria da mobilidade com a preservação da região.

Adriana afirma que a principal preocupação está na presença de diversas nascentes difusas nos dois lados da Rua da Divisa. Segundo ela, a região possui áreas úmidas responsáveis pela formação de água que segue para o córrego Jaó e, posteriormente, para o Rio Meia Ponte. “Dos dois lados você tem, não é uma nascente, são nascentes difusas, você tem várias nascentes. É

uma área muito rica em água”, afirmou.
Com a abertura do novo procedimento, a questão ambiental voltou ao radar do Ministério Público. Segundo Adriana, o órgão acompanha a situação, embora ela ainda não tenha sido informada sobre quais medidas serão adotadas.
Eles estão acompanhando de perto, bem de perto essa questão, porque é uma área que realmente tem a defesa pública do meio ambiente”, afirmou.
Ao mesmo tempo, a 7ª Promotoria de Justiça voltou a questionar o empreendimento diante das preocupações ambientais que já haviam motivado a atuação do órgão durante a gestão de Iris Rezende.

MAIS GOIÁS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/10/2026 03:00

Após 17 anos de impasse, Goiânia abre nova licitação de R$ 9,3 milhões para duplicar Rua da Divisa

Visualizar notícia

Fonte original

A Prefeitura de Goiânia abriu licitação estimada em R$ 9,3 milhões para elaborar o projeto executivo e executar a duplicação da Rua da Divisa, no Setor Jaó. A concorrência eletrônica está marcada para 11 de dezembro e terá como critério de julgamento o maior desconto oferecido.
A duplicaçãoda via é discutida oficialmente há 17 anos e já foi objeto de uma ação civil pública do Ministério Público de Goiás (MPGO), ajuizada em 2020 contra o município e a Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma). Na ação, o órgão questionou possíveis impactos ambientais e urbanísticos, além de apontar problemas no pregão eletrônico usado à época. Entre as preocupações apresentadas estavam intervenções em área de preservação permanente e possíveis efeitos sobre nascentes e o Córrego Jaó.
A extensão da obra é de aproximadamente um quilômetro, abrangendo o trecho entre a rotatória próxima ao TCE-GO e a Avenida Sucuri. O projeto da infraestrutura prevê melhorias na pavimentação, novas calçadas e drenagem para conter alagamentos recorrentes no período chuvoso. A associação de moradores e parte da comunidade do Jaó, no entanto, contestam o projeto por receio de que a via se torne um corredor de tráfego pesado e afete o perfil residencial do bairro, além das questões relacionadas às nascentes.
A contratação prevê tanto o detalhamento do projeto quanto a execução das intervenções. O aviso publicado não informa uma data para o início das obras, que ainda dependem da conclusão da licitação e das demais etapas necessárias.
Em novembro de 2023, a Justiça julgou improcedentes os pedidos do MPGO e autorizou a execução da obra, validando as licenças então existentes e a licitação de 2020. O Ministério Público recorreu em 2024, defendendo a necessidade de estudos de impacto ambiental e de trânsito.
A disputa teve novos desdobramentos. Em 15 de outubro, o Tribunal de Justiça anulou a sentença e determinou que o processo continuasse. Após o retorno à primeira instância, a Prefeitura alegou que mudanças no traçado e uma nova licença ambiental haviam retirado o objeto da ação; o processo foi então encerrado sem análise do mérito. O MPGO recorreu novamente e pediu uma decisão provisória para impedir o início das obras antes da conclusão das etapas de licenciamento e dos estudos técnicos.
O MPGO afirma que não é contrário à duplicação, mas sustenta que a obra só deve começar depois do cumprimento das exigências ambientais. A promotoria aponta preocupação com a cabeceira de drenagem do Córrego Jaó, onde, segundo o órgão, há olhos d’água, nascentes difusas e afloramento do lençol freático.
A nova disputa é diferente da licitação questionada em 2020: agora, a contratação reúne projeto executivo e execução da obra. A abertura da concorrência, por si só, não significa que os trabalhos começarão imediatamente; a situação judicial e as exigências ambientais também integram o cenário que antecede a execução.

As principais notícias de Goiânia e região
Mais Goiás Comunicação LTDA © 2026
Todos os direitos reservados.
Mais Goiás • CNPJ: 55.794.755/0001-05
Endereço: Av. Olinda c/ Ac. PL-3 c/ Rua PLH1 | Qd. H4 LT. 01/03 | Park Lozandes | Goiânia - GO - 2105 e 2106 • CEP: 74.884-120

PORTAL ZERO OU DEZ - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/10/2026 03:00

Agora vai: Prefeitura prepara duplicação da Rua da Divisa, no Setor Jaó

Visualizar notícia

Fonte original

A Prefeitura de Goiânia agendou a abertura do processo licitatório para a contratação de uma empresa responsável pela duplicação da Rua da Divisa, no Setor Jaó. A licitação contempla a elaboração do projeto e a execução de obras de terraplanagem, pavimentação asfáltica, implantação de galerias pluviais, construção de bueiro celular triplo, reconstrução de muros, calçadas e outras intervenções, ao custo de R$ 9.326.256,14. O projeto prevê a duplicação de aproximadamente 1,13 km da via, no trecho entre a sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e a Avenida Sucuri. A obra estava impedida de avançar devido a uma pendência judicial iniciada em 2020, que agora foi solucionada. A via faz a ligação do Viaduto da BR – 153, no Conjunto Caiçara ao Aeroporto Santa Genoveva. O processo licitatório deverá ser concluído até 11 de dezembro deste ano, com início das obras previstas para o começo de 2027. zerooudez.com.br

TRANSMISSÃO POLÍTICA - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/10/2026 19:29

TCE-GO fiscaliza ações de prevenção e combate a queimadas em Goiás

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) iniciou uma fiscalização para avaliar as ações de prevenção e combate a queimadas em Goiás. A inspeção busca verificar como o governo estadual planeja, monitora e executa medidas para reduzir os riscos de incêndios florestais.

Nesta sexta-feira (16), auditores visitaram a Sala de Situação da Defesa Civil, em Goiânia. O espaço funciona sob coordenação do Corpo de Bombeiros e reúne informações sobre focos de incêndio e situações de risco ambiental.

Além disso, a estrutura integra o Gabinete de Ações Integradas (GAI), criado pelo Governo de Goiás para coordenar medidas de enfrentamento à estiagem e aos efeitos do fenômeno El Niño.

Durante a visita, os auditores acompanharam o funcionamento do sistema de monitoramento de incêndios. Também buscaram informações sobre a comunicação entre as equipes responsáveis pelas ações preventivas e pelo combate ao fogo.

Segundo Cristielly Souza Bedran, chefe em substituição do Serviço de Fiscalização da Infraestrutura e Meio Ambiente do TCE-GO, a inspeção avalia a atuação conjunta dos órgãos estaduais.

O trabalho também envolve a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

Os auditores já realizaram reuniões com representantes das duas pastas. Além disso, solicitaram informações sobre o planejamento e a execução das medidas ambientais.

A fiscalização das queimadas em Goiás também inclui a análise do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (PPCDQIF), referente ao período de 2026 a 2029.

O auditor Marcos Thadeu Fonseca Ferreira Azevedo explicou que o tribunal pretende verificar a aplicação prática das medidas previstas no planejamento estadual.

A Sala de Situação da Defesa Civil reúne informações para identificar focos de incêndio e acompanhar possíveis ameaças à população.

Dessa forma, as equipes podem compartilhar dados e organizar medidas de prevenção e resposta às ocorrências.

O capitão Jonathan Alves Soares, chefe do Departamento de Gestão de Riscos da Defesa Civil, destacou a importância da integração entre as secretarias estaduais.

Segundo ele, a articulação permite transformar previsões climáticas e informações de monitoramento em medidas de proteção à população.

Além disso, o Gabinete de Ações Integradas busca melhorar a distribuição de recursos e a coordenação das equipes durante situações de emergência.

A fiscalização das queimadas em Goiás ocorre em meio à preocupação com os efeitos do El Niño, fenômeno que altera os padrões de chuva e temperatura.

Segundo as projeções climáticas apresentadas pelo TCE-GO, o fenômeno pode alcançar intensidade muito forte entre outubro e dezembro de 2026.

Nesse cenário, regiões do Centro-Norte do Brasil podem enfrentar estiagem severa e condições favoráveis à propagação de incêndios florestais.

Por outro lado, áreas da Região Sul podem registrar chuvas acima da média e maior risco de enchentes.

Em Goiás, o governo estadual declarou emergência ambiental em julho de 2026. Além disso, o Decreto nº 10.962 suspendeu o uso do fogo em vegetação até 31 de outubro, ressalvadas as exceções legais.

A medida integra as ações de prevenção durante o período de maior risco de incêndios.

Após concluir a fiscalização das queimadas em Goiás, os auditores do TCE-GO vão elaborar um relatório técnico com os resultados da inspeção.

O documento poderá apresentar constatações sobre o planejamento, o monitoramento e a atuação dos órgãos responsáveis.

Além disso, a equipe poderá propor recomendações para melhorar a prevenção e a resposta aos incêndios florestais.

Posteriormente, o relatório seguirá para análise do conselheiro-relator e apreciação pelo tribunal, conforme o andamento do processo.

A fiscalização busca identificar possíveis falhas e verificar se o governo estadual utiliza adequadamente os instrumentos disponíveis para enfrentar os riscos ambientais.